



Estado do Maranhão
MINISTÉRIO PÚBLICO
Assessoria Técnica da Administração

PTC-ACI - 2552021
(relativo ao Processo 19012021)
Código de validação: CD177FE7C8

Processo Administrativo: Nº 1901/2021
Documento de Origem: Memo. nº 36/2021 - CAD
Interessado: COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Assunto: LICITAÇÃO – FASE INTERNA (MATERIAL DE CONSUMO)

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atenção ao DESPACHO-SAF - 8592021, verificamos que se trata de manifestação acerca do Processo Administrativo nº 1901/2021, instaurado a partir do MEMO. Nº 36/2021 (MEMORANDO Nº 36), no qual a **Coordenadoria de Administração** solicita autorização para deflagração de processo licitatório, objetivando **registro de preços**, para a aquisição eventual e futura dos materiais de consumo relacionados no termo de referência em anexo, de modo a suprir as necessidades do Ministério Público do Maranhão. A estimativa da contratação é de **R\$ 85.256,46 (oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos)**.

Foram considerados os seguintes documentos: MEMORANDO Nº 36 - TERMO DE REFERÊNCIA - ITENS DE CONSUMO FRACASSADO; PEDIDO CONSUMO - ITENS FRACASSADOS (1); TERMO DE REFERÊNCIA - ITENS DE CONSUMO FRACASSADO NOVO; CHECKLIST - TERMO DE REFERÊNCIA - ITENS FRACASSADOS; RELATORIO_COTACAO ITENS FRACASSADOS; DESPACHO-SAF - 8522021; DESPACHO-CAD - 1322021; DESPACHO-SAF - 8592021 e DESPACHO-DG - 11792021.

Considerando tratar-se de fase inicial do procedimento licitatório para registro de preços, balizamos nossa análise pelo Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ, de 15 de agosto de 2014 (dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão), pelo Decreto Estadual nº 31.553/2016 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Estado do Maranhão, disciplinando o art. 15, inciso II e § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências), pela Instrução Normativa nº 73/2020, de 05 de agosto de 2020 (que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral); Ato Regulamentar nº 13/2020, de 14 de fevereiro de 2020 (dispõe sobre os procedimentos e rotinas para a realização de pesquisa de preços e dá outras providências no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão) e pela Nota Técnica nº 1 – TCE-SC, de 16 de dezembro de 2020 (Orientações com objetivo de disseminar boas práticas para melhorar a eficiência na gestão de compras públicas. Visando o aperfeiçoamento da pesquisa de preços em compras de bens e serviços comuns, a Nota Técnica traz orientações aos agentes e contribui com o aprimoramento da governança e da gestão pública).

Quanto à estimativa de preço do certame, a unidade gestora informa no **Termo de Referência, de 29/02/2021** (MEMORANDO Nº 36 - TERMO DE REFERÊNCIA -ITENS DE CONSUMO FRACASSADO NOVO.) , **o qual foi retificado o valor** passando de R\$ 91.533,30 (noventa e um mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta centavos) para o total estimado em **R\$ 85.256,46 (oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e seis centavos)**, montante no cotado no

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PTC-ACI, Número do Documento 2552021 e Código de Validação CD177FE7C8.





Estado do Maranhão
MINISTÉRIO PÚBLICO
Assessoria Técnica da Administração

Sistema Banco de Preços, ferramenta que consolida, em relatórios, preços praticados por diversos órgãos público, seguindo recomendação do ATO REGULAMENTAR Nº 13/2020-GPGJ, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

A unidade gestora justificou a contratação através de Registro de Preços, no Termo de Referência, a saber:

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente solicitação justifica-se em face da necessidade de contínua reposição do estoque relativo ao material de consumo dos almoxarifados da Instituição, os quais são imprescindíveis para o exercício das atribuições institucionais de membros e servidores lotados na Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e do Interior.

2.2. Com relação aos quantitativos estimados, informamos que recebemos via e-mail o quantitativo estimado do Almoxarifado Central do Monte Castelo.

2.3. Com relação aos preços constantes do Termo de Referência, esclarecemos que cotamos no Sistema Banco de Preços, ferramenta que consolida, em relatórios, preços praticados por diversos órgãos públicos. Ademais, frisamos que os preços estão compatíveis com os praticados no mercado, seguindo recomendação do **ATO REGULAMENTAR Nº 13/2020-GPGJ, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

2.4. Por fim, justifica-se também pela conveniência da aquisição com previsão de entrega parcelada, nos moldes preconizados pelo art. 3º, incisos I e II do Ato Regulamentar nº 011/2014.

Diante do exposto, ressalvados os aspectos jurídicos e técnicos que extrapolam a análise desta Assessoria, considerando o círculo de nossas atribuições e competências que se adstringem aos contextos contábil, patrimonial, financeiro e orçamentário, já que estas são as searas profissionais do corpo técnico que compõe esta Assessoria, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos acerca da **INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS.**

SUGERIMOS o encaminhamento dos autos para a Assessoria Jurídica a fim de que seja apreciado o mérito quanto ao prosseguimento do procedimento licitatório.

É o que se encaminha para conhecimento e deliberação das providências julgadas pertinentes.

*** Assinado eletronicamente**

JADIEL FERNANDES FRANÇA
Analista Ministerial
Matrícula 1064179

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PTC-ACI, Número do Documento 2552021 e Código de Validação CD177FE7C8.





Estado do Maranhão
MINISTÉRIO PÚBLICO
Assessoria Técnica da Administração

*** Assinado eletronicamente**

CRISTIANO MORENO DUTRA
Assessor Chefe da Assessoria Técnica da Administração
Matrícula 1072781

Documento assinado. Ilha de São Luís, 12/03/2021 10:39 (JADIEL FERNANDES FRANÇA)

Documento assinado. Ilha de São Luís, 12/03/2021 11:25 (CRISTIANO MORENO DUTRA)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PTC-ACI, Número do Documento 2552021 e Código de Validação CD177FE7C8.



2021: O Ministério Público do Maranhão na defesa dos direitos humanos e da efetividade das políticas públicas
Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro65.020-910, SAO LUIS - MA